

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-02-05

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Agarez, R. (2024). O regionalismo moderno de Alberto Cruz nos mercados municipais de Vila Real e Lamego. In Bernardo Pizarro Miranda, João Alves da Cunha, Manuel Possolo Cruz (Ed.), Alberto Cruz. (pp. 27-33).: ISCTE / CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

Further information on publisher's website:

https://backoffice.biblioteca.iscte-iul.pt/cgi-bin/koha/catalogue/detail.pl?biblionumber=126004&searchid=scs_1738670009792

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Agarez, R. (2024). O regionalismo moderno de Alberto Cruz nos mercados municipais de Vila Real e Lamego. In Bernardo Pizarro Miranda, João Alves da Cunha, Manuel Possolo Cruz (Ed.), Alberto Cruz. (pp. 27-33).: ISCTE / CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Ricardo Costa Agarez

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro 2023, revisto fevereiro 2024, aceite março 2024

Publicado em Bernardo Pizarro Miranda, João Alves da Cunha, Manuel Possolo Cruz (editores), *Alberto Cruz* (Iscte/CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2024), 27-33

O Regionalismo Moderno de Alberto Cruz nos Mercados Municipais de Vila Real e Lamego

Entre 1955 e 1978, o ateliê de Alberto Cruz esteve envolvido nos processos de encomenda, projeto e realização de dois mercados no norte de Portugal, em Vila Real e em Lamego. No campo dos equipamentos de utilização coletiva não relacionados com a atividade turística, o mercado foi um tipo de edifício recorrente na prática projetual do arquiteto: além destas duas cidades, há registo do seu trabalho em estruturas destas, executadas ou não, para Alcobaça, Beja, Braga, Caldas da Rainha, Carcavelos (Figura 1), Cascais, Coimbra e São João da Madeira.

Em Vila Real e Lamego, a conjugação de circunstâncias urbanas e topográficas particulares com as condicionantes económicas de comunidades de recursos limitados originou uma arquitetura em que o regionalismo modernista de Alberto Cruz se confrontou com a realidade do interior do País na segunda metade do século passado. Soluções dispare para problemas específicos configuraram propostas em que a funcionalidade de instalações de intenso uso quotidiano e o carácter eminentemente utilitário foram envolvidos por preocupações com a integração, o contextualismo e a evocação da forma e técnica construtiva tradicional. Bem enquadrado no momento histórico, o arquiteto perseguiu nestes dois edifícios, modestos e despretensiosos, a sua abordagem modernista à essência da construção corrente, concretizada com uma materialidade inteiramente atual.

A primeira referência à atribuição da encomenda para elaboração do projeto do mercado municipal de Vila Real ao arquiteto Alberto Pereira da Cruz data de agosto de 1955. O ministro das Obras Públicas Eduardo Arantes e Oliveira (1907-1982), em despacho proferido durante visita ao concelho, recomenda que a câmara municipal confie a tarefa do estudo ao arquiteto, para uma obra que na primeira fase orçasse em 1000 contos (metade a cargo da autarquia, metade em comparticipação do Fundo de Desemprego, através do mecanismo denominado Melhoramentos Urbanos).¹ Pede-se urgência na apresentação do anteprojeto: o antigo mercado da cidade, muito danificado pelo ciclone de 1941, fora demolido entretanto para dar lugar ao chamado Palácio dos Correios, Telégrafos e Telefones, e desde então as atividades decorriam provisoriamente, em condições precárias, em rua principal do centro. O município já candidatara a comparticipação dois projetos, ambos julgados demasiado ambiciosos (isto é, de “preço exagerado”), e o ministro sugerira àquele, em janeiro de 1955, a elaboração de um “novo projeto mais modesto”. O presidente da edilidade, quando em setembro de 1956

¹ Acervo Histórico da Direção-Geral do Território / Arquivo Histórico do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano / Arquivo Histórico dos Equipamentos de Utilização Colectiva (doravante, AH-EUC), VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. Construção do Mercado Municipal de Vila Real”. Sobre a fórmula Melhoramentos Urbanos, mecanismo de comparticipação do Estado em obras públicas através do Fundo de Desemprego, ver Ricardo Costa Agarez, “Obras Públicas e ‘Melhoramentos’ Locais: Entre Lisboa e o País (Real)”. In *Obras Públicas no Estado Novo*, 141-170. Coimbra, Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

apresenta finalmente o anteprojeto de Alberto Cruz – entregue após muita insistência daquela –, definiu a construção do mercado como “a necessidade número um de Vila Real e seu concelho.” A situação piorara quando o terreno em que decorriam os mercados semanais (antiga feira de gado) foi vendido pela câmara para instalar a Escola Comercial e Industrial.

Em quinze anos a necessidade de um mercado adquirira, como frequentemente era o caso, contornos políticos: a edilidade via com preocupação a “crítica pública que se tem feito à volta desta realização [e] está profundamente empenhada em levar a efeito a execução de tão importante melhoramento”, que se impunha “sobremaneira a qualquer outra realização de interesse público”, nas palavras do agente técnico de engenharia Diniz Cardoso Cortes, redator da informação prestada pela Direção de Urbanização de Vila Real sobre o anteprojeto. A venda de frutas e hortaliças em “barracas de madeira” na rua “muito prejudica a estética duma cidade que pretende aformosear-se e acompanhar o progresso doutras terras. Na realidade, sendo Vila Real sede de distrito e de província, não dispõe ainda dum conjunto de realizações capazes de a tornar digna da situação que disfruta.” A situação ia melhorando, com a realização de “algumas edificações das melhores do País, tais como: Palácio dos Correios, Palácio da Justiça, Novo Quartel de Infantaria 13, Seminário, Liceu e um sistema rodoviário em volta da cidade (em construção).” Esperava-se que a construção de iniciativa particular fosse, por seu lado, impulsionada com a abertura de novos arruamentos, que a autarquia “só poderá levar a efeito paralelamente à construção do mercado, por assim ser mais conveniente”²: tal era a importância local desta iniciativa.

Para o arquiteto Alberto Cruz, o desafio foi económico e topográfico, antes de mais: impunha-se o pragmatismo de uma solução de baixo custo (inicial) que resolvesse a grande irregularidade de cotas do terreno previsto, a norte do centro da Vila Real contemporânea (atual Praça Luís de Camões). A questão mereceu descrição detalhada na memória descritiva do anteprojeto, datada de agosto de 1956:

“O local escolhido superiormente, se, por um lado oferece inegáveis vantagens de situação, permitindo acessos fáceis aos vendedores e público que dele virão a utilizar-se, pelo contrário, dificultou extraordinariamente o nosso estudo em virtude da ingrata topografia do terreno cujas diferenças de nível atingem a ordem dos 8,00 metros entre os pontos extremos. / Tal condicionamento obrigou logicamente a uma desarticulação total do conjunto, como única solução viável, para tornar possível a sua construção, sem ultrapassar a verba prevista para a sua execução, base de todo o programa fornecido.”³

Assim nasceu a proposta para o mercado municipal de Vila Real, com uma posição – um “partido”, para usar uma expressão da época – que se revelou determinante e duradoura: a “desarticulação” do conjunto, isto é, a adoção de uma solução de edificação desmembrada, fragmentada, e não concebida como uma grande nave comercial, escolha mais frequente para mercados urbanos de grande dimensão. O partido de Cruz, em Vila Real, foi também adotado pelo arquiteto em outros mercados, como Cascais e Carcavelos, destinados a contextos não-metropolitanos. A grande nave, que o arquiteto acabou por utilizar em Lamego, caracteriza a imagem que temos dos grandes mercados metropolitanos do período, de que talvez o melhor exemplo seja o de Bom Sucesso, Porto.

² AH-EUC, VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. ...”.

³ AH-EUC, VR/77/41, “Mercado Municipal de Vila Real: II”, memória descritiva.

Cruz optou por tomar “o trainel do arruamento existente, a Norte”, como “ponto de partida de toda a composição” e por dividir o terreno em três plataformas que o acompanham, ligadas por escadarias (Figura 2). A Nascente, no nível mais elevado, “localizou-se a entrada principal do Mercado e situaram-se os lugares de venda de fruta e os talhos que o programa estabelecia, ambos abrindo para o exterior” – os primeiros “dando para a praça, através de um amplo talude relvado que permitirá estabelecer concordância aceitável entre o passeio nivelado dos estabelecimentos e o trainel” daquela (Figura 3); os talhos, abrindo “para uma galeria exterior, coberta, que facilitará o acesso a cada um deles e, do mesmo modo, resolve as dificuldades de ligação com o declive bastante acentuado” do arruamento que delimita o conjunto a Norte. Interiormente, outra galeria circunda a plataforma – estes “grandes pátios descobertos foram concebidos para os dias de Feira, tão de tradição local, podendo nessas alturas aumentar-se substancialmente a área de transações do Mercado, sem dispêndio inútil de construção” – e destina-se à venda de cereais, legumes e flores.

O segundo patamar foi destinado a venda de peixe, com secções de lota e pesagem, diretamente acessível do exterior e próxima dos frigoríficos gerais do mercado. Os seus lados Norte e Poente foram delimitados também por galerias, para exposição e venda, o mesmo sucedendo no terceiro e último patamar, a cota mais baixa, acessível do exterior e circundado de estabelecimentos abertos para os arruamentos limítrofes. O conjunto ficou “francamente aberto para o quadrante sul, beneficiando, deste modo, de ótima exposição solar, de capital importância para este género de edificações e, eficientemente defendido dos ventos frios do Norte.” Um reservatório de água para emergências aninhado na pequena torre da fachada norte e um abrigo “em alpendrada” destinado às “vendedeiras que cheguem antes da abertura do Mercado” na rua a sul, completavam a distribuição do programa.

O contextualismo e o regionalismo da prática projetual de Alberto Cruz – para lá daquilo que desta poderiam extrair construções teóricas de origem relativamente recente, tais como o chamado Regionalismo Crítico concetualizado no início dos anos 1980 por Alexander Tzonis, Liane Lefaivre e Kenneth Frampton – manifesta-se em propostas modestas e discretas como a do mercado municipal de Vila Real. De modo característico para um arquiteto desta geração, Cruz reiterou as suas preocupações quanto a este tema ao redigir a memória descritiva da proposta:

“O emprego lógico dos materiais regionais localizou devidamente a construção projetada, traduzindo-se o conjunto por uma grande sobriedade arquitetónica, com ritmo constante e certo através do módulo geral que a compõe, supondo-se que é esta a melhor virtude das suas singelas fachadas, não isentas contudo, da nobreza e dignidade que a localização impunha.”⁴

Aplicação lógica de materiais disponíveis localmente, sobriedade e dignidade evocando práticas tradicionais, modularidade e regularidade modernas: contemporaneidade e intemporalidade conjugadas na prática quotidiana do arquiteto. A nobreza dos grandes materiais e técnicas ancestrais é trazida aos anos de 1950s em elementos depurados e didaticamente claros: paramentos de cantaria aparente e coberturas com estrutura de madeira em asnas aparentes e revestimento de telha, correntes na construção rural desde há muito, combinam com pilares e vigas em betão armado, de introdução recente, para não só traduzir sinceramente o propósito do objeto-mercado – contentor de produções agrícolas e

⁴ AH-EUC, VR/77/41, “Mercado Municipal de Vila Real: II”, memória descritiva.

piscatórias em contexto citadino – mas também contribuir para a “conservação fácil e económica” do conjunto. O senso comum aliado à condicionante topográfica produzem uma abordagem realista ao problema: um jogo de pequenos pavilhões concatenados configurando socialcos consecutivos, como edificações rústicas que, chegadas à cidade, adquirem uma escala e pormenorização um pouco mais delicadas. A “desarticulação total do partido arquitetónico adotado”, grande tema da proposta, permitiria além do mais a construção faseada, em tranches “compatíveis com o orçamento municipal”. Realismo económico, bem como morfológico e compositivo.

O anteprojeto do mercado municipal de Vila Real foi aprovado pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização e pelo Ministério das Obras Públicas em novembro de 1956, e a obra consequentemente comparticipada pelo Fundo de Desemprego com 1.711.500\$00 (50% do valor total do orçamento), a partir de dezembro daquele ano. A 14 de janeiro de 1957, iniciaram-se os trabalhos de terraplanagens e fundações. Quando, em abril de 1957, a Direção de Urbanização de Vila Real deu parecer positivo ao projeto definitivo (que concentrou valências sobre o arruamento sul), fê-lo realçando o realismo e a adequação da proposta: louvou-se o autor pelo “uso moderado de cantarias, sempre caras, até mesmo em Vila Real”, e “pela simplicidade das linhas e superfícies dos seus alçados, resultando uma obra que se integra admiravelmente no ambiente citadino local.”⁵ Na proposta final de comparticipação, assente nesta versão do projeto (Figura 4), aqueles serviços enaltecera ainda a forma como a distribuição funcional projetada respondia à prática de utilização estabelecida:

“O Mercado de Vila Real tem funcionado sempre em regime bissemanal – às terças e sextas-feiras de manhã – e por certo manterá ainda por muitos anos este sistema, radicado na tradição tanto da população local como na dos produtores-vendedores da região que contribuem com a quase totalidade dos produtos transacionáveis. A população local adquire nos dias de mercado géneros para os restantes dias, recorrendo, em caso de necessidade acidental, a estabelecimentos colocados na periferia que fornecem todos os dias e durante o período de funcionamento das casas comerciais os artigos de mais corrente consumo.”⁶

Tal como aconteceu em mercados em todo o país erguidos na segunda metade do século passado, a obra arrastou-se durante anos por falta de disponibilidade financeira do promotor, a Câmara Municipal de Vila Real. As construções principais foram terminadas em 1962, cinco anos depois de iniciada a empreitada. Em outubro de 1966, teve início o processo de pedido de financiamento para completamento do conjunto com a construção, prevista desde os primeiros estudos, de alpendres e bancas de exposição dos produtos nos três pátios do mercado, justificada com a “exiguidade de zonas cobertas existentes (em virtude das condições climatéricas e orientação do Mercado em relação aos ventos dominantes do Marão) e pelas deficientes condições higiénicas (em virtude de, presentemente, os produtos serem expostos no chão).”⁷ Este complemento, comparticipado por despacho do subsecretário de estado das Obras Públicas em abril de 1967, foi de concretização tão demorada quanto a obra inicial – e as consequências do atraso foram, de novo, vistas com preocupação pelos serviços do ministério. Em setembro de 1970, perante a lentidão ou paralisia de várias obras municipais na cidade, a Direção de Urbanização de Vila Real propôs

⁵ AH-EUC, VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. ...”.

⁶ AH-EUC, VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. ...”.

⁷ AH-EUC, VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. ...”.

o aumento da comparticipação do Estado para os 75% do orçamento, notando que a situação era “constante objeto de reparos nos diários locais constituindo portanto, um problema político, sem qualquer dúvida.”⁸ O argumento convenceu e o aumento foi aprovado, mas a obra não se completou antes de dezembro de 1973, ou seja, dezasseis anos depois de iniciada a primeira fase.

Em 1963, quando a parte principal do mercado de Vila Real começava a servir os seus utentes, o nome de Alberto Pereira da Cruz foi incluído pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização na lista de arquitetos a consultar para a elaboração do projeto do novo mercado de Lamego, pela respetiva câmara municipal. Alberto Cruz, Januário Godinho e João Andersen foram recomendados pelos seus trabalhos para o mesmo programa em Cascais, Amarante e Viana do Castelo, respetivamente, “que mereceram as melhores referências destes Serviços.”⁹

Tal como em Vila Real, o desafio em Lamego não é simples: tratava-se de substituir o velho mercado, ainda em funções, distribuído por duas plataformas a cotas distintas e aninhado sob a fachada lateral da igreja do convento de São Francisco, em pleno centro histórico da cidade (Figura 5). Tão confinada era a situação que o ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira admitia, em visita ao concelho a 4 de maio daquele ano:

“Ficaram dúvidas no meu espírito sobre a suficiência do espaço, sobretudo tendo presente a vizinhança da velha igreja que ganharia em ser desafogado. É, porém, questão que o anteprojecto esclarecerá cabalmente, uma vez afinado o programa das instalações com a colaboração do Eng. Pimentel [presidente da Comissão de Melhoramentos de Lamego].”¹⁰

A reserva expressa pelo ministro, partilhada por outros, condicionou os primeiros passos no desenvolvimento da proposta. A primeira versão do anteprojecto foi entregue por Alberto Cruz em junho de 1965 – após muita insistência da autarquia – e nela o arquiteto anuncia claramente esta dificuldade: embora considerasse o local “magnífico”, em terreno tão limitado “por razões económicas e topográficas houve que adaptar o edifício o melhor possível, não esquecendo a comodidade do público e o abastecimento fácil do mercado.” Nesta fase, a proposta incluía dois corpos, aos níveis dos limites superior e inferior do terreno, e um terceiro corpo intermédio de ligação, com três pavimentos e parcialmente adossado à fachada da igreja (Figura 6). Como em Vila Real, também aqui o arquiteto recorreu a uma estratégia de desmembramento do programa em volumes menores como um mecanismo de integração do novo com o tecido preexistente. Cruz procurou explicar esta posição na memória descritiva do anteprojecto: quis “dar ao edifício um tratamento e atenção muito especiais, afim de que se sinta e integre condignamente entre o velho e nobre casario que o rodeia”, pelo que trabalhou uma vez mais com aquilo que, em Vila Real, chamara de “desarticulação total” do programa:

“Como normalmente acontece, um Mercado, é quase sempre um edifício de grande volume e constituído por avantajada nave, sobretudo se se trata de uma solução concentrada. / Essa solução, além de muito mais dispendiosa, parece-nos neste caso, não ser [sob] o ponto de vista estético, a mais aconselhável, pois a

⁸ AH-EUC, VR/77/41, “1.º Volume de Correspondência. ...”.

⁹ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado Municipal de Lamego”.

¹⁰ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado ...”.

criação de pátios onde o elemento vegetal pudesse dar frescura e transparência, rodeado de construções de muito menor volume, é em nosso entender, a que melhor se adapta ao local, e de onde poderá tirar-se partido, que melhor se integre no ambiente da Cidade de Lamego.”¹¹

Posicionou então o corpo inferior, destinado a venda de cereais e legumes e com acesso pela avenida Cinco de Outubro, em paralelo a um pátio exterior onde seria “agradável fazer a venda de louça de barro, visto que o seu colorido, observado através do gradeamento que circunda o gaveto lhe dará vida e cor local.” O corpo intermédio, transversal, continha serviços, instalações técnicas e estabelecimentos, e dava acesso ao corpo superior que, paralelo à igreja e separado desta por outro pátio, era destinado às secções “mais rendosas” da carne e do peixe, e ao fabrico e venda de gelo.

“Exteriormente, foi ideia dominante ao conceberem-se os alçados do futuro Mercado, desenhá-los com sobriedade e simplicidade, de modo a poderem integrar-se no ambiente, traduzindo através da expressão dos rasgamentos a finalidade das suas dependências.”¹²

Com paredes exteriores integralmente em cantaria, “material que nos garante a nobreza e sobriedade que procuramos”, toda a proposta adquiria um carácter mais rústico do que urbano: com os seus volumes encadeados e pátios a distintas cotas, parecia pretender simular uma condição de pré-existência, subvertendo a cronologia – como se estas construções fossem contemporâneas do, ou mesmo anteriores ao, convento, e não edificadas no presente. Não era uma abordagem convencional ao problema: tal abordagem teria sido, pelo contrário, aproveitar a oportunidade para remover quaisquer construções que organicamente tivessem crescido como parte do tecido consolidado da cidade, e substituí-las por um volume clara e inequivocamente novo, a “avantajada nave” que o arquiteto evocava – não aproveitá-la para adicionar uma nova camada de complexidade, discreta e diluída, a um tecido já de si complexo (Figura 7).

A reação dos responsáveis pela aprovação da proposta e respetiva comparticipação financeira foi fortemente contrária a esta abordagem pouco convencional. O primeiro parecer ao anteprojecto coube ao arquiteto urbanista autor do antepiano de urbanização de Lamego (1956), António J. de Brito e Cunha:

“Sem entrar em considerações sobre as plantas ou os alçados, o partido de composição apresentado não é aceitável sob o ponto de vista urbanístico, pelo que deve ser revista a implantação dos diversos corpos, que não se harmonizam com o conjunto formado pelos volumes das edificações existentes – por exemplo a Igreja do Convento de São Francisco – e pelas que no futuro confinarão com o mercado, como as construções a norte na Av. Cinco de Outubro. / Devemos lembrar ainda que a cidade de L merece que o seu mercado seja estudado tendo em conta o passado arquitetónico dos seus edifícios públicos.”¹³

As observações da Comissão de Melhoramentos de Lamego foram igualmente demolidoras: o corpo superior prejudicaria a visibilidade da fachada lateral da igreja, e

¹¹ AH-EUC, 313/MU/65, “1. Mercado Municipal de Lamego: Anteprojecto”.

¹² AH-EUC, 313/MU/65, “1. Mercado Municipal de Lamego: Anteprojecto”.

¹³ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado ...”.

contrariaria a opinião expressa pelo ministro e comunicada ao arquiteto pelo presidente da câmara; a fachada para a avenida deveria “ser levantada por forma a ser enriquecida” e o corpo correspondente, ter maior altura de modo a esconder as traseiras do antigo convento e aproveitar o desnível existente; o orçamento estimado era, além do mais, excessivo. A Repartição de Melhoramentos Urbanos da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização acolheu estas posições e recomendou a revisão do anteprojeto, em especial da implantação e “jogo volumétrico” propostos, alterações que conduziriam “provavelmente a um partido geral de composição diferente do agora apresentado.”¹⁴

Esta foi, de facto, a escolha de Alberto Cruz quando concebeu o segundo anteprojeto, apresentado em junho de 1966. Concentrando o volume no plano de cota inferior, deixava “inteiramente livre o plano de cota mais elevada, que depois de convenientemente arranjado, permitirá a visão completa da fachada da Igreja de São Francisco voltada para aquele terreno.” Uma solução mais convencional, concentrada num volume único de dois pavimentos (carne e peixe no inferior, legumes, cereais e estabelecimentos no superior; Figura 8) e mais puramente delimitado, com uma escala urbana mais marcada e uma linguagem contemporânea inequívoca. Exteriormente (Figura 8), escreveu, “pretendeu imprimir-se ao edifício um aspeto simples mas bastante sóbrio, empregando-se unicamente os materiais mais usados na região e que melhor se enquadrem no ambiente que o rodeia.”¹⁵

A nova posição de Alberto Cruz permitiu superar as anteriores reservas: comissão, urbanista e repartição consideraram a proposta passível de servir de base ao projeto definitivo pois permitia “pôr em valor a fachada lateral” da igreja e assegurar “melhor ligação com a topografia do terreno e melhores volumes de conjunto.” Apenas os alçados eram criticados, pelo urbanista: embora “agradáveis”, deveriam “no entanto os paramentos lisos ser tratados a cor branca, assim como a cobertura (...) ser de telha lusa ‘matizada’ afim de melhor integrar o edifício no conjunto.” Neste particular, a repartição toma, contudo, o partido de Cruz: “O tratamento dado às fachadas – largas superfícies lisas e pedra à vista – assim como a cobertura em telha com lanternins de iluminação, emprestam ao conjunto um carácter ao mesmo tempo atual e tradicional, que se julga indicado para o ambiente em causa.”¹⁶ A comparticipação da obra pelo Fundo de Desemprego foi por fim autorizada pelo subsecretário de estado das Obras Públicas em dezembro de 1966, e o projeto correspondente, que afinava e detalhava a proposta, foi entregue pelo arquiteto em setembro de 1967.

Mesmo comparticipada, a obra não avançou então, por falta de recursos financeiros da autarquia. O processo foi retomado em outubro de 1973 e a empreitada teve início em julho de 1974, ainda com base no projeto de 1967 – que logo se verificou já não ser adequado: em nove anos e meio, explicava a câmara municipal em dezembro de 1974, “é natural e tem-se verificado, grande evolução nos usos e costumes da população, aliada ao aumento populacional da cidade. Por tal motivo há que proceder à revisão do atual projeto do mercado, pois corre-se o risco de executar uma obra cuja função já se encontra ultrapassada.” A obra, tal como projetada, corria o risco de “não vir a satisfazer as imperiosas necessidades da cidade de L, tanto no aspeto funcional como no estético.”

O terceiro anteprojeto para o mercado municipal de Lamego data, assim, de maio de 1975: a história da construção de mercados municipais em Portugal conta-se em geral em décadas, muito raramente em anos, e nela as sucessivas versões e revisões são recorrentes.

¹⁴ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado ...”.

¹⁵ AH-EUC, 313/MU/65, “1. Mercado Municipal de Lamego: Anteprojeto”.

¹⁶ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado ...”.

O “permanente crescimento e desenvolvimento” de Lamego justificava, na memória descritiva de Alberto Cruz, a reformulação da proposta, com a adição de um pavimento inteiro (e correspondente aumento de área), a inclusão de um restaurante com terraço no terceiro nível, “que poderá perfeitamente constituir um polo de atracção de interesse turístico”, e a introdução de um grupo de estabelecimentos ao longo Rua Cândido dos Reis “que oferecendo ao edifício maior interesse sob o aspeto arquitetónico, dará também ao local, [dada a] situação central de que disfruta, outra animação e vida” (Figuras 9 e 10). Exteriormente, mantinha-se a preocupação com “dar ao edifício a maior sobriedade, deixando transparecer através do dimensionamento da sua fenestração o fim a que (...) se destina.” Reboco pintado a branco, betão descoberto e granito à fiada (Figura 11) contribuiriam para que “a sua simplicidade se enquadre naturalmente no local e ambiente que rodeia o edifício.”¹⁷

Esta terceira proposta, final, foi defendida pela Direção de Urbanização de Viseu, no seu dimensionamento, estrutura funcional e composição arquitetónica: “quer quanto a volumes quer quanto a distribuição de materiais e cores previstas conduzirão a uma solução bem coordenada e integrada no local que cerca o terreno (...). O terceiro piso desenvolver-se-á a partir do patamar que serve de embasamento à Igreja de São Francisco, para o qual o espaço livre da cobertura dos pisos inferiores, constituirá um prolongamento natural.”¹⁸ Aprovado o anteprojecto pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização e pelo ministro das Obras Públicas em dezembro de 1975, o respetivo projecto definitivo foi entregue em janeiro de 1976 e aprovado em agosto desse ano. Vista a persistente dificuldade da autarquia em financiar a obra, em novembro de 1976 o Gabinete Coordenador de Obras Municipais deliberou conceder participações até perfazer 90% do valor da obra – que, entre ajustes do projecto e trabalhos a mais, se prolongou pelo menos até setembro de 1978.

Os edifícios dos mercados municipais de Vila Real e Lamego são exemplos do regionalismo moderno do arquiteto Alberto Cruz. São obras pragmáticas, fruto das circunstâncias e vicissitudes da vida real que conformam toda a arquitetura – publicada ou não, celebrada ou não –, mas não menos evocativas da preocupação dupla do autor, partilhada pela sua geração e imbuída do espírito do seu tempo: atender ao local e às referências específicas do costume local (a chamada “tradição”) e ao mesmo tempo empregar todos os meios – culturais, formais e tecnológicos – da contemporaneidade. Mostram também, por outro lado, sinais característicos da obra pública neste período: a sintonia entre projetistas, entidades oficiais financiadoras e encomendadores, mediante a qual o chamado “partido arquitetónico” de arquitetos como Cruz, plenamente atualizado, foi consistentemente acarinhado e encorajado, com exceções pontuais; ou a desproporção gritante entre os recursos destes últimos e as ambições de melhoramento local, traduzidas por regra na concretização tardia das iniciativas.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto PTDC/ART-DAQ/6510/2020, e pelo European Research Council através do programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia (ERC Starting Grant GA 949686 – ReARQ.IB).

¹⁷ AH-EUC, 313/MU/65, “1. Mercado Municipal de Lamego: Anteprojecto”.

¹⁸ AH-EUC, 313/MU/65, “Construção do Mercado ...”.

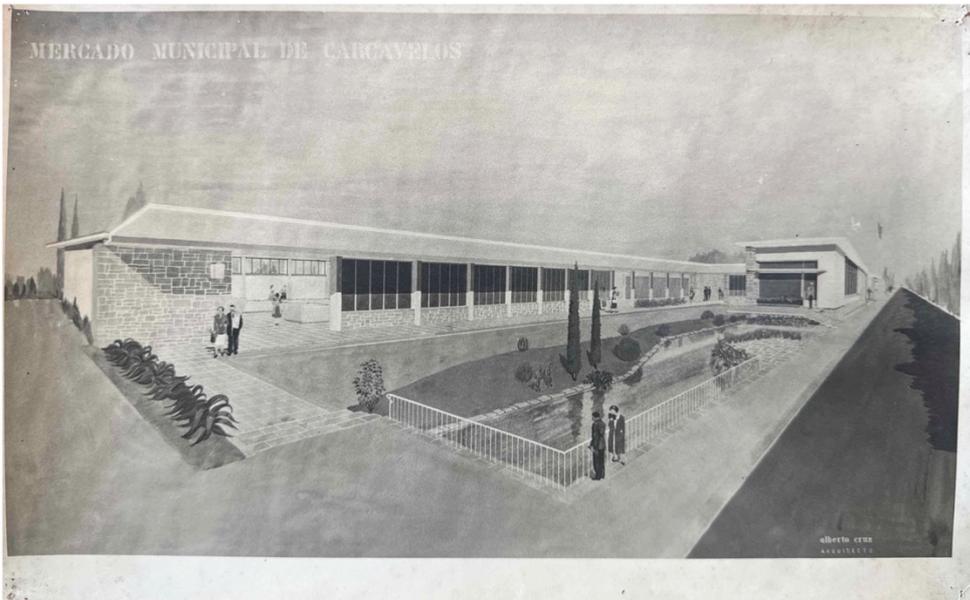


Figura 1
Mercado Municipal de Carcavelos, Cascais. Perspetiva.
Arquivo Alberto Cruz



Figura 2
Mercado Municipal de Vila Real. Anteprojeto (1956). Planta de Localização.
Arquivo Direção-Geral do Território

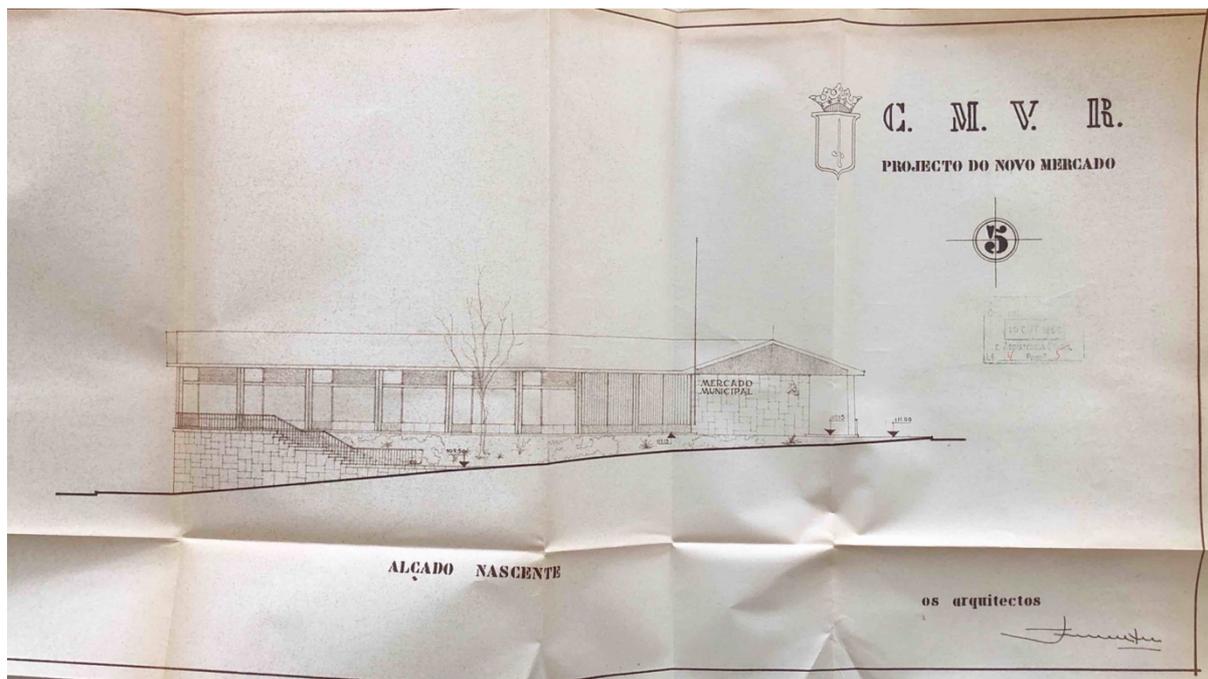


Figura 3
Mercado Municipal de Vila Real. Anteprojeto (1956). Alçado Nascente.
Arquivo Direção-Geral do Território

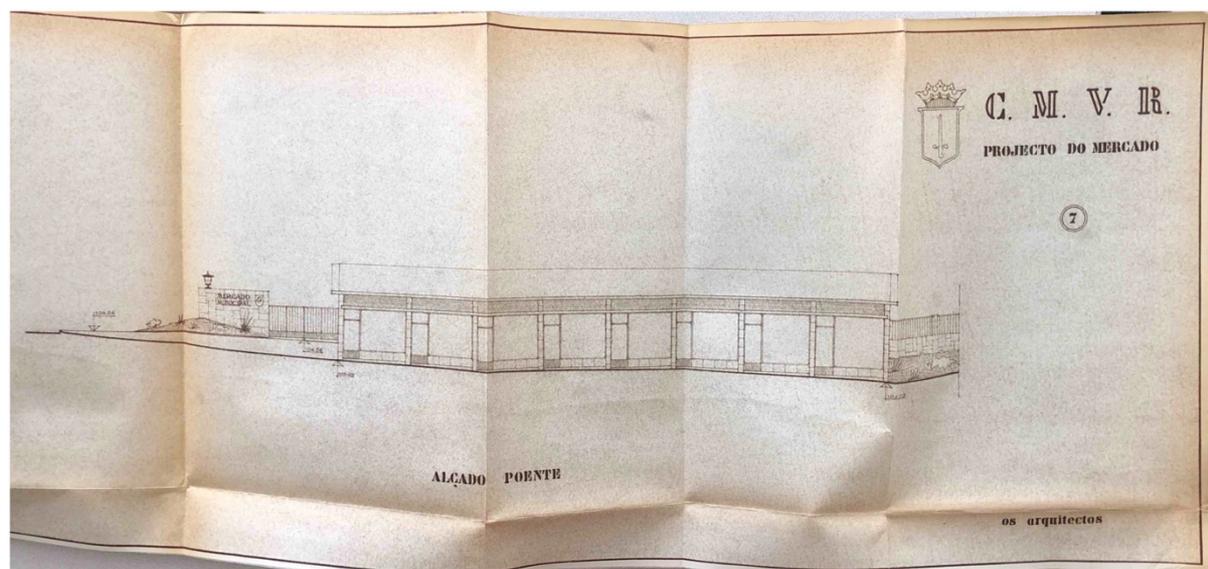


Figura 4
Mercado Municipal de Vila Real. Projeto Definitivo (1957). Alçado Poente.
Arquivo Direção-Geral do Território



Figura 5
 Mercado Municipal de Lamego (antigo). Vista do acesso superior pela Rua de Almacave e igreja do convento de São Francisco.
 Arquivo Alberto Cruz

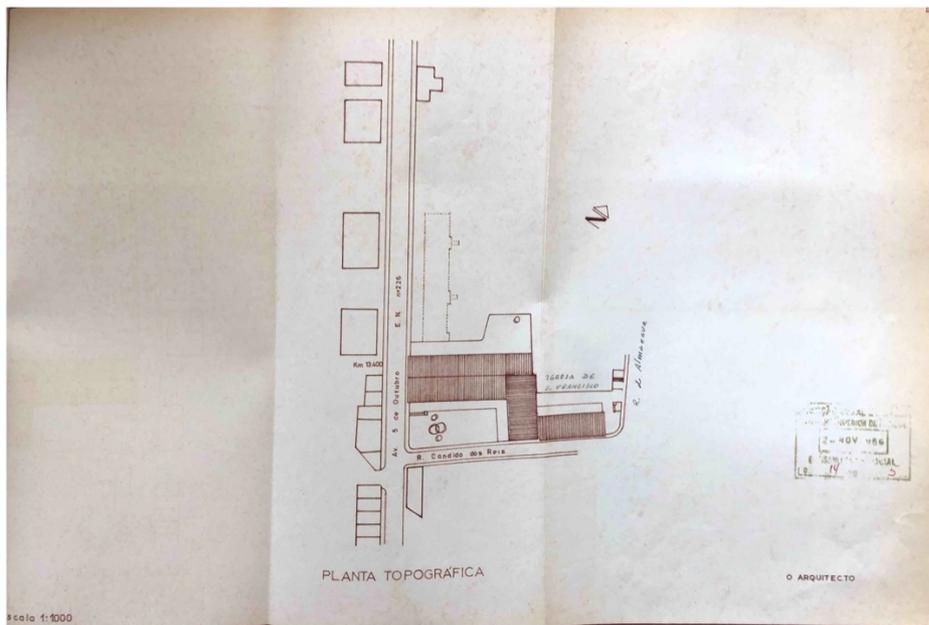


Figura 6
 Mercado Municipal de Lamego. Primeiro Anteprojeto (1965). Planta Topográfica.
 Arquivo Direção-Geral do Território

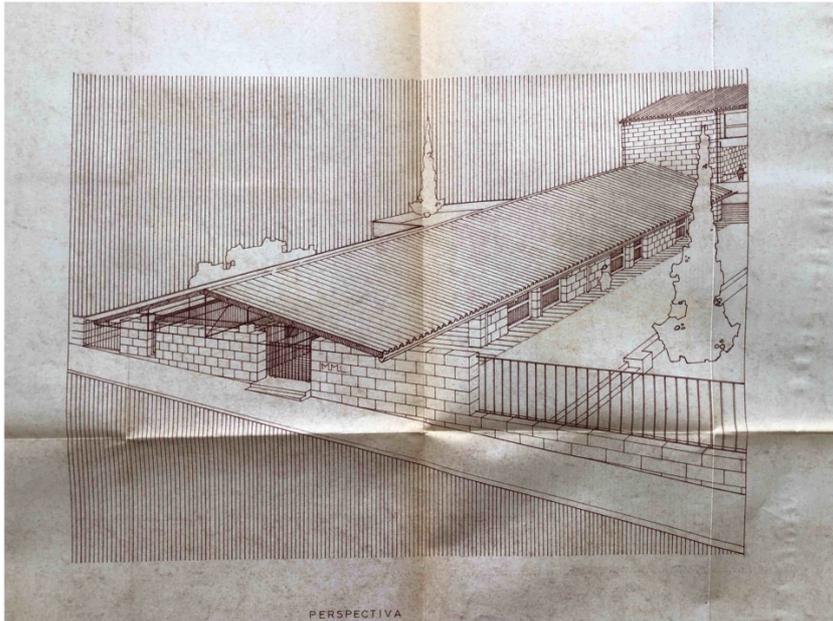


Figura 7
Mercado Municipal de Lamego. Primeiro Anteprojeto (1965). Perspetiva.
Arquivo Direção-Geral do Território

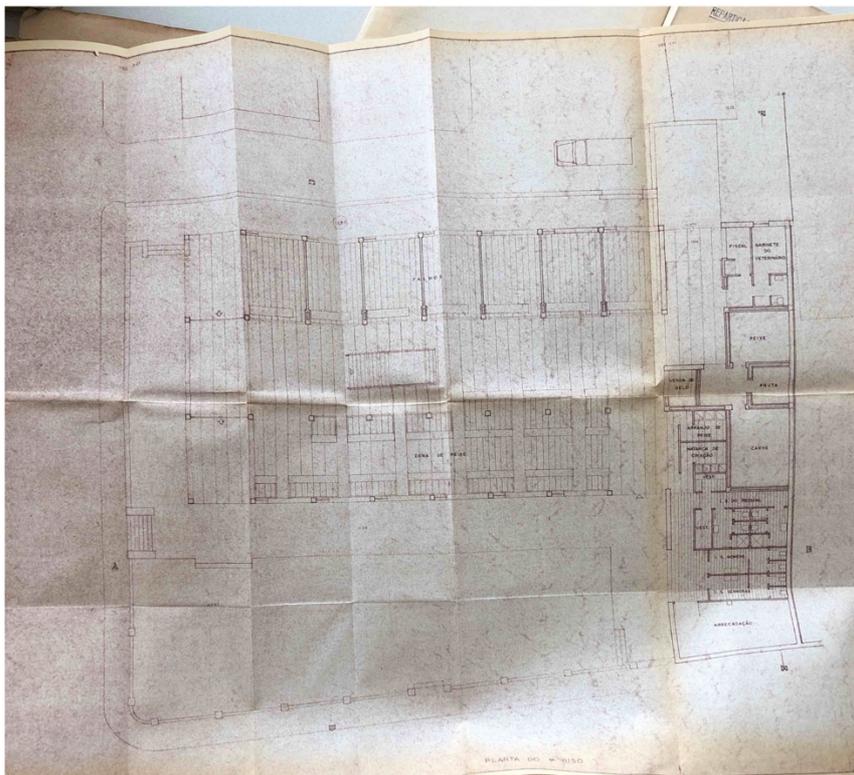


Figura 8
Mercado Municipal de Lamego. Segundo Anteprojeto (1966). Planta do Primeiro Piso (inferior).
Arquivo Direção-Geral do Território

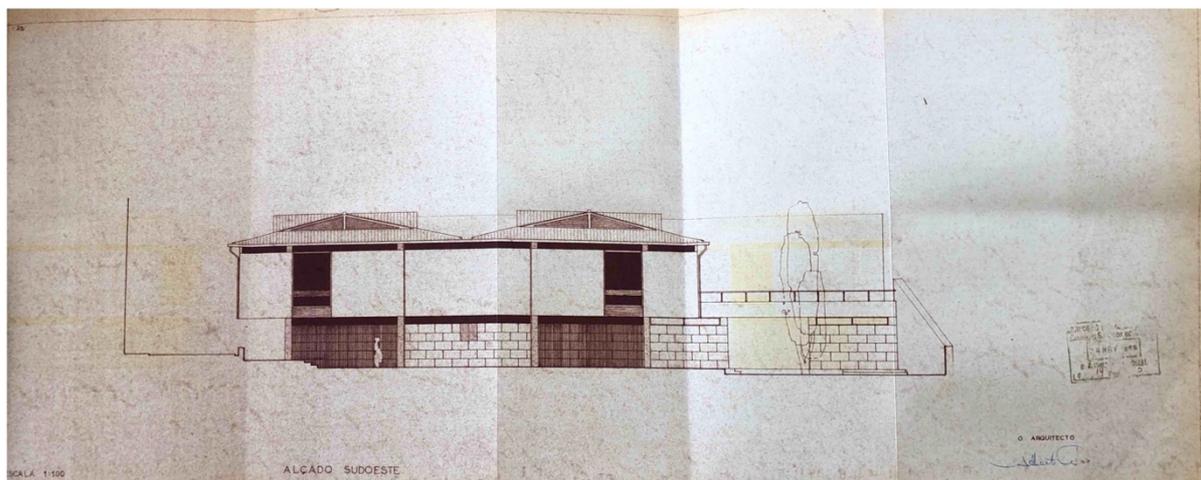


Figura 8
Mercado Municipal de Lamego. Segundo Anteprojeto (1966). Alçado Sudoeste.
Arquivo Direção-Geral do Território

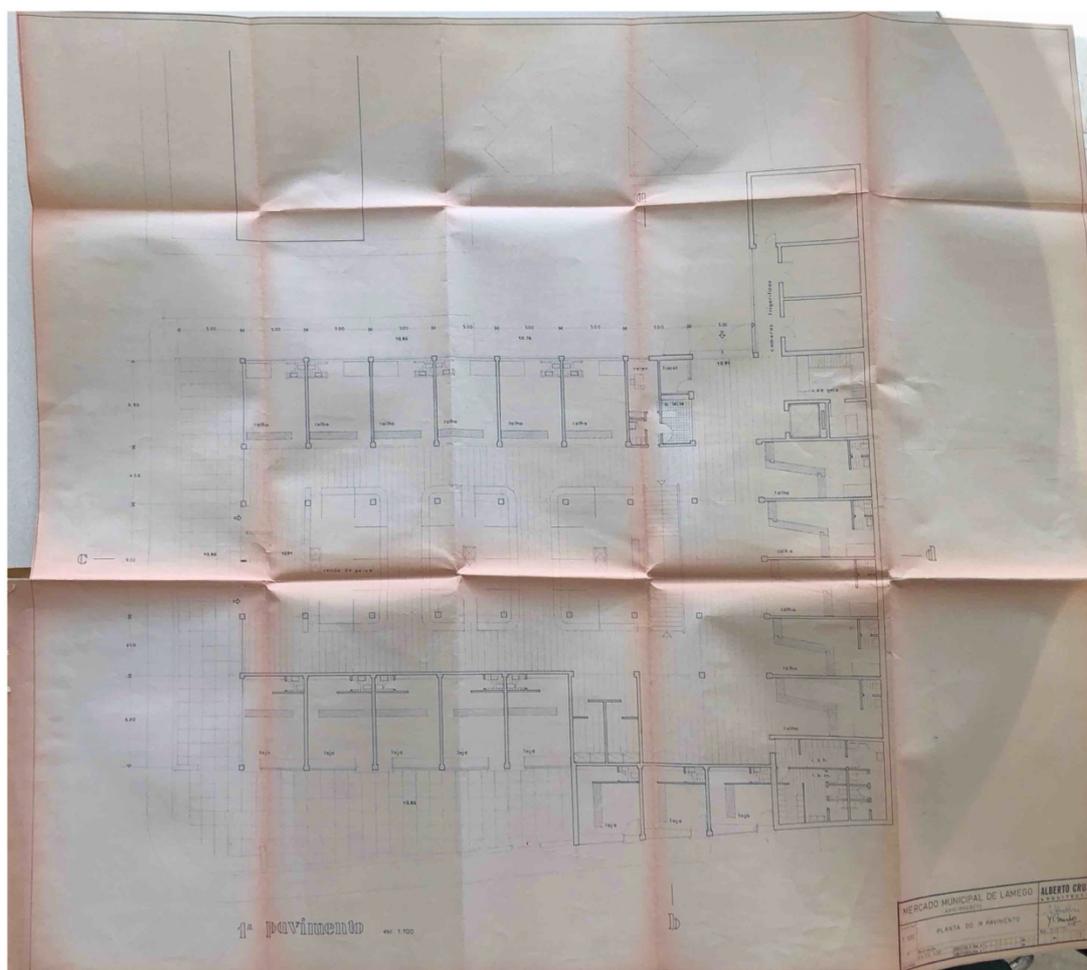


Figura 9
Mercado Municipal de Lamego. Terceiro Anteprojeto (1975). Planta do Primeiro Piso (inferior).
Arquivo Direção-Geral do Território

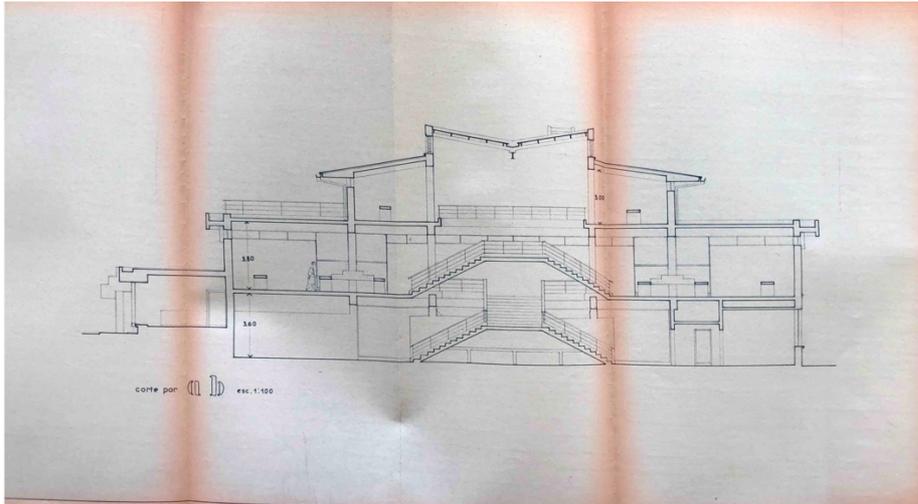


Figura 10
 Mercado Municipal de Lamego. Terceiro Anteprojeto (1975). Corte por A-B.
 Arquivo Direção-Geral do Território

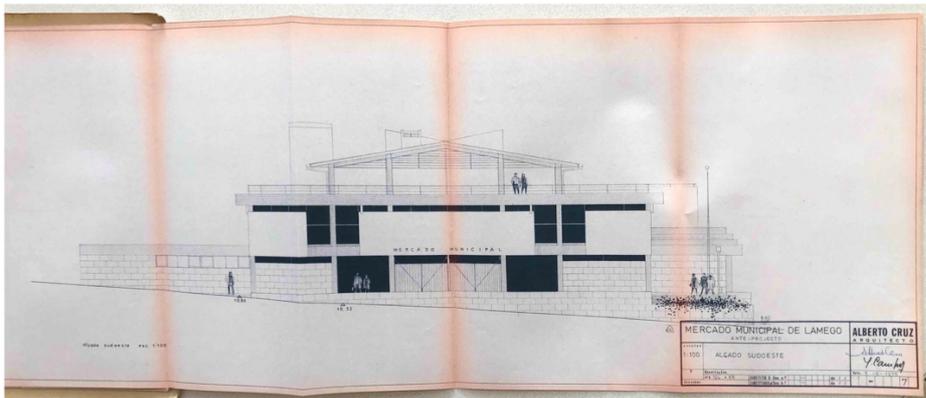


Figura 11
 Mercado Municipal de Lamego. Terceiro Anteprojeto (1975). Alçado Sudoeste.
 Arquivo Direção-Geral do Território

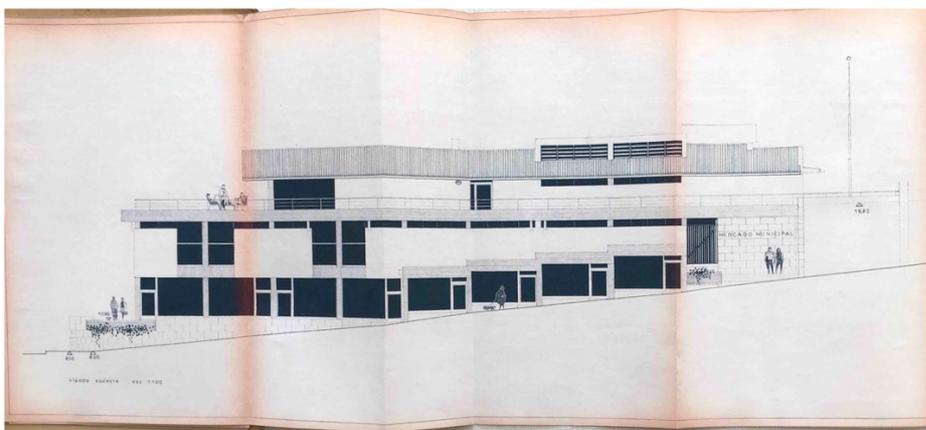


Figura 12
 Mercado Municipal de Lamego. Terceiro Anteprojeto (1975). Alçado Sudeste.
 Arquivo Direção-Geral do Território